

Cerimónia de atribuição do título de doutor *honoris causa* ao Professor António Nóvoa
Intervenção do Reitor, Professor Doutor António Branco
7 de maio de 2015, Grande Auditório da Universidade do Algarve

[Secção de cumprimentos oficiais]

A atribuição do título de doutor *honoris causa* é um ato solene de elevado significado simbólico e académico, através do qual uma universidade convida uma personalidade a ela externa a integrar o seu corpo de doutores, por nela reconhecer um par. Para que esse sentido seja preservado, é meu entendimento e da equipa reitoral que esta prerrogativa universitária deve ser exercida com parcimónia, de modo a evitar os efeitos corrosivos que a banalização provoca sobre todos os rituais de grande valor para as comunidades que os praticam. E, para além da moderação, também devem ser rigorosamente ponderados os motivos que nos levam a fazê-lo. Por isso, o processo é naturalmente longo e refletido, obrigando a uma vasta consulta da instituição. Porque, como disse, se trata de um modo de reconhecimento académico inconfundível com a concessão de um prémio ou com uma sessão de homenagem pública.

Perdoem-me todos os presentes a estranheza do que vou afirmar, que espero não sintam como deselegância: embora, na aparência, estejamos todos aqui principalmente para homenagear o Professor António Nóvoa, desígnio que conseguiríamos atingir apropriadamente através de outro tipo de cerimónia, na realidade estamos a cumprir um ato mais profundo, um ato de integração que implica o encontro de duas vontades – a vontade coletiva, da Universidade do Algarve, e a vontade individual, do Professor António Nóvoa. De facto, no final desta cerimónia, tanto a Universidade do Algarve como o Professor António Nóvoa terão dado testemunho público da vontade – mútua e livre das amarras das contingências mundanas mais superficiais – de se reunirem no mesmo corpo académico cuja missão principal é a dedicação à Educação enquanto farol do desenvolvimento humano e civilizacional. É esta natureza integradora da cerimónia que, na tradição milenar, obriga à existência de um mediador entre a instituição e o novo doutor: o padrinho – a quem cabe o exigente empreendimento de, também publicamente, destacar as qualidades e a obra do futuro membro desta Academia. Esse papel nuclear torna sempre necessária, como aconteceu neste caso, uma muito atenta seleção do padrinho: deverá ser alguém que conheça bem o *currículum* do novo doutor, por um lado, e que, pelo outro, detenha uma autoridade académica que toda a comunidade reconheça. Essa autoridade e a função que desempenha na cerimónia explicam que, habitualmente, no estilo próprio de cada um, no final do seu discurso o padrinho solicite ao Reitor da Universidade a atribuição do título de doutor *honoris causa* à personalidade de quem acabou de fazer o elogio, para tornar totalmente claras as razões que justificam a integração do novo doutor no corpo de doutores da instituição. Mas, como irão ver, antes de conferir o título o Reitor ainda pergunta ao destinatário da cerimónia, perante todos, se ele o aceita. Só depois de cumpridos todos esses procedimentos fica consumada a vontade de reunião mútua e livre.

Talvez agora se torne mais compreensível a inusitada afirmação que fiz anteriormente: estamos seguramente a homenagear o Professor António Nóvoa, sim, mas num contexto em que todos homenageamos a Academia, a sua missão e os valores pelos quais ela se rege. E um dos seus valores mais importantes, mas também um dos mais difíceis de exercer nos tempos atuais, é a independência.

Correndo o risco de ser visto como juiz em causa própria, quero hoje louvar o exemplo de autonomia académica que a Universidade do Algarve deu quando, ao longo do longo caminho percorrido até chegarmos aqui, foi aprovando, sucessivamente, em todos os Conselhos Científicos das Faculdade e Escolas e, finalmente, no Senado Académico, a proposta de atribuição do título de doutor *honoris causa* ao Professor António Nóvoa, inicialmente deliberada, por unanimidade e aclamação, pelo Conselho Científico da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Estamos a falar de cerca de 200 membros da Academia, entre professores, investigadores, estudantes e funcionários não docentes, oriundos de áreas científicas, convicções ideológicas e funções académicas muito diversificadas. Essa enorme variedade de interesses e intenções, associada à liberdade total que cada um teve de se pronunciar como bem entendesse nas várias instâncias do caminho, revelam duas evidências: o reconhecimento académico muito amplo da justeza da proposta da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais e o elevado grau de autonomia individual de cada um dos membros da Academia que foi chamado a pronunciar-se. Sublinho este aspeto por ser aquele que mais admiro, pessoalmente, numa Universidade: a sua capacidade de resistir, em determinados momentos históricos, à interferência, nas decisões que toma, de critérios alheios à sua natureza e ao seu papel; a sua capacidade de responder à sociedade do espetáculo com atitudes firmes, alicerçadas em valores académicos consistentes. E foi precisamente isso que aconteceu, entre julho de 2014 e o dia 18 de março de 2015, data em que o Senado Académico da Universidade do Algarve aprovou a deliberação que nos trouxe até ao dia de hoje.

Creio que, quando acabarmos de ouvir o que o Professor José Barata-Moura nos dirá a seguir, todos ficarão bem cientes dos motivos pelos quais aqui estamos. Não me devendo sobrepor a esse discurso, compete-me, no entanto, explicitar esses motivos do lado da Universidade do Algarve.

Desde o primeiro minuto do mandato que iniciei no dia 18 de dezembro de 2013, tenho aproveitado todas as oportunidades que me dão para reafirmar que o cerne da nossa atividade é a Educação – e que a Educação cumpre um papel insubstituível no desenvolvimento das pessoas, dos países, das civilizações. O que acabei de dizer está, aliás, consagrado como ideia-mestra do Plano Estratégico recentemente aprovado pelo Conselho Geral. Haverá até, dentro da instituição e fora dela, quem já possa estar cansado de me ouvir insistir nesta ideia. Reconheço que a cultura da sociedade do consumo em que estamos imersos – e que, por vezes, mesmo sem disso darmos conta, nos subjugam – aconselha o fornecedor de bens e serviços a renovar frequentemente a aparência do produto e a mensagem que o propagandeia, porque, sendo o ato de consumo muito efémero, estimulá-lo obriga a encontrar formas de contrariar a sua natureza passageira e superficial.

No entanto, a Educação não é um serviço e muito menos é um produto: a Educação é um assunto demasiado sério para que o deixemos ser dominado por parâmetros de comunicação que não lhe são aplicáveis ou por critérios que transformam uma das responsabilidades mais nobres e exigentes do Estado Democrático em produto regulado pela economia de mercado.

A Educação, que abarca vertentes tão amplas quanto as do Ensino, da Investigação, do Desenvolvimento Cultural, em suma, as dimensões da criação e da transmissão de conhecimento sobre a Humanidade e para a Humanidade, sobre o Mundo e para o Mundo, é o elo de ligação mais cúmplice, mais generoso, mais complexo e mais profundo que se estabelece, ininterruptamente, entre as sucessivas gerações humanas, em todos os tempos e

em todo os pontos do planeta; a Educação é a conversa mais antiga e mais inacabada entre aqueles que estão a chegar e aqueles que já chegaram e que, por isso, já sabem que chegar é começar a partir. A Educação é a preservação e o desenvolvimento de um legado, com a responsabilidade de o passar a outros; é a mais antiga e a mais feliz (mas também a mais angustiada) resposta da Humanidade à consciência da transitoriedade da vida individual. É uma troca geracional de conhecimentos, de experiências, de inquietações e de interrogações que envolve todas as possibilidades da inteligência e da criatividade humanas, com a finalidade de despertar em cada um a sua individualidade única, mas também de lhe dar a conhecer a sua condição de participante numa comunidade que o transcende e em que lhe é pedido que se transcenda. A Educação é convocar o despertar profundo das capacidades de cada um, mas também mostrar a cada um que a sua integração plena na sociedade é acompanhada da exigência ética do desenvolvimento máximo da sua qualidade. A Educação não é dizer «tu não serves, tu não sabes», mas afirmar: «tu és capaz de muito mais do que aquilo que pensas que está ao teu alcance». A Educação não é dizer «deves ir por este caminho, porque não és capaz daquele», mas, sim, afirmar: «a tua missão é encontrares o teu caminho, o teu lugar no mundo, a tua vocação – e isso exige-te esforço, persistência e que comeces por ser generoso contigo próprio». Concluindo, a Educação não é reduzir cada ser humano, incomensuravelmente precioso, à condição de futuro empregado ou de peça de um sistema, mas ajudá-lo a descobrir o seu papel insubstituível na sociedade.

Por tudo isto, devemos ser muito exigentes no momento de escolhermos aqueles a quem atribuímos a responsabilidade de administração política da Educação, nas várias instâncias de decisão e nas várias vertentes de atuação. E não podemos aceitar que esses vários responsáveis se rendam ao império dos critérios orçamentais; ao império da chamada «exigência» enquanto valor absoluto e vazio e totalmente independente da exigência que cada um deve ter consigo próprio; ao império do ajustamento do sistema escolar, nos seus vários níveis, para facilitar que cada um desista de si próprio – o que, necessariamente, conduz a que o coletivo dele desista também e que daí nasçam, com maior grau de legitimidade, as políticas da e para a desistência (bem disfarçadas, para ninguém reparar que é disso que se trata). Não, minhas senhoras e meus senhores, a Educação é um assunto demasiado sério para permitirmos, passivamente, que no seu interior alastre a desistência ou germine a maleita que a quer ver enfraquecida, para melhor transformar os seus agentes e os seus destinatários em pacientes resignados, temerosos e obedientes.

Uma das personalidades académicas portuguesas que nos tem dado um dos mais elevados exemplos do que pode e deve ser o combate em nome da Educação, da Ciência e da Cultura, não só através da vastíssima investigação que foi realizando ao longo de décadas e que formou muitos outros investigadores fora e dentro do país, mas também da sua ação enquanto professor de muitos discípulos por esse mundo fora, conferencista em muitas paragens, consultor, reitor e cidadão, foi o Professor António Nóvoa. Tornou-se, por isso, claro para a Universidade do Algarve que a proposta da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de integrar o Professor António Nóvoa no seu corpo de doutores, através da atribuição do título de doutor *honoris causa* em Educação, seria um gesto coerente com a estratégia que adotámos para a nossa instituição, mas também um modo limpo e agudo de reforçar, perante a sociedade, o papel que, apesar da extrema escassez de meios a que temos vindo a ser sujeitos e das orientações que permanente nos pretendem afastar do que é essencial, não desistimos de querer desempenhar, porque não desistimos de nós, porque nunca desistiremos da Educação.

Destaco, finalmente, a Professora Mirian Nogueira Tavares, Diretora, e o Professor Saul Neves de Jesus, Presidente do Conselho Científico, agradecendo através deles, em nome da Universidade do Algarve, a todos os membros da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais a oportunidade que nos deram de aqui estarmos hoje a cumprir tão nobre desígnio.

Muito obrigado.